

A pobreza intergeracional no Brasil é transmitida por fatores sociocomportamentais?

Is intergenerational poverty in Brazil transmitted by sociobehavioral factors?

LILIAN LOPES RIBEIRO*

ALESANDRA DE ARAÚJO BENEVIDES**

RESUMO: O artigo analisa os determinantes da pobreza intergeracional no Brasil a partir, essencialmente, de aspectos sociocomportamentais descritos em Lewis (1966) e tendo como base variáveis sobre valores morais dos entrevistados extraídas da WVS. Para isso, estimou o modelo Logit e seus efeitos marginais. Constatou-se que quase metade dos pobres no Brasil herdaram a pobreza de seus pais. Ter muitos filhos, ser evangélico e residir na região Nordeste aumentam as chances de ser um pobre intergeracional, sendo que os anos de escolaridade do respondente e de seu pai diminuem esse risco. A pobreza e sua transmissão ao longo de gerações devem ser compreendidas a partir de uma visão mais ampla, que permita incorporar a influência de valores culturais em suas causas.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; cultura da pobreza; mobilidade intergeracional; Lewis (1966); Fuzzy Set.

ABSTRACT: This article analyzes the determinants of intergenerational poverty in Brazil, based primarily on sociobehavioral aspects described in Lewis (1966) and variables on the moral values of the interviewees extracted from the WVS. To this end, the Logit model and its marginal effects were estimated. It was found that almost half of the poor in Brazil inherited poverty from their parents. Having many children, being an evangelical, and living in the Northeast region increase the chances of being intergenerationally poor, while the respondent's and his/her father's years of schooling reduce this risk. Poverty and its transmission across generations must be understood from a broader perspective, which allows the influence of cultural values to be incorporated into its causes.

KEYWORDS: Poverty; culture of poverty; intergenerational mobility; Lewis (1966); Fuzzy Set. **JEL Classification:** I32.

* Professora e pesquisadora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: liadiniz-21@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5800-6032>.

** Professora e pesquisadora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil. E-mail: alesandra@ufc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1568-7322>.

Este artigo recebeu apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Submetido: 5/Agosto/2024; Aprovado: 12/Dezembro/2024.

1. INTRODUÇÃO

Um dos cenários nos quais a pobreza se apresenta é o que engloba o aspecto intergeracional, isto é, quando os membros mais jovens de uma família perpetuam a situação financeira da geração anterior. O fenômeno da pobreza intergeracional é denominado como “ciclo vicioso da pobreza” ou ainda “armadilha da pobreza”, pois quem é vítima dele tende a permanecer pobre por toda a vida, assim como ocorreu com seus antecessores (Tilahun *et al.*, 2023).

Portanto, um aspecto que não deve ser negligenciado no multifacetado fenômeno denominado pobreza diz respeito a sua duração. A permanência da pobreza por um longo período pode comprometer a educação; a saúde e a alimentação das famílias, reproduzindo essa pobreza para seus filhos como uma “herança maldita” e dificultando assim a mobilidade social.

A ausência de mobilidade social é danosa não apenas do ponto de vista individual para quem nasce pobre, mas também no âmbito agregado por dificultar o crescimento e desenvolvimento de um país como um todo, já que a imobilidade social prejudica a produtividade econômica (Najman *et al.*, 2018). Vale destacar que o Brasil é apontado como um dos países com as menores mobilidades intergeracionais de renda do mundo, embora não seja um consenso.

A imobilidade de renda está, em grande medida, associada à pobreza intergeracional. E esta, de acordo com Najman *et al.* (2020), se relaciona a certos aspectos sociais e comportamentais (estilos de vida, aspirações etc.). Desse modo, quando há a transmissão de insuficiência de renda de uma geração para outra, há também a transferência de traços sociocomportamentais que reforçam e facilitam a reprodução da pobreza ao longo do tempo. Para Lewis (1966), a presença desses traços comuns entre uma parcela da população pobre é denominada Cultura da Pobreza.

Com a pandemia vivenciada no mundo a partir de 2020, a pobreza se intensificou consideravelmente, sobretudo nos países em desenvolvimento. Uma pesquisa feita por Neri (2022) revela que a pobreza nunca esteve tão alta no Brasil como no ano de 2021, desde o começo da série histórica em 2012. Nesse sentido, a duração dessa condição ocasionada pela pandemia e por outros fatores, econômicos ou não, pode ser grave a ponto de ser transmitida de uma geração para outra.

Devido à indisponibilidade de dados longitudinais no Brasil que viabilizem uma pesquisa intergeracional, são poucos os estudos dedicados à mobilidade de renda. Dentre os mais recentes, têm-se os trabalhos de Andrade e Cruz (2023) e Gomes (2021) e praticamente inexistem estudos que tratam estritamente da pobreza ao longo de gerações. Além disso, conforme expõem Vilela e Noronha (2021), a tradição dos estudos sobre mobilidade social no país foca a análise intergeracional apenas com base em informações sobre os pais, tendo em vista que os dados, quando disponibilizados, são limitados à educação e/ou ocupação paterna do entrevistado. Exemplo disso é o suplemento sobre mobilidade social no Brasil, publicado pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2014.

Isso posto, a inovação dessa pesquisa está em analisar a pobreza intergeracional considerando o *background* familiar tanto do lado paterno, quanto materno.

Essa é uma importante vantagem em relação, por exemplo, aos estudos resultantes do mencionado suplemento sobre mobilidade da PNAD. E, mais relevante que isso, esse estudo busca incorporar variáveis que refletem os traços sociocomportamentais descritos na cultura da pobreza de Lewis (1966) para explicar a privação de renda de uma geração para outra. Em que medida a transmissão desses traços, sobretudo de comportamento, influem na pobreza intergeracional? Essa é uma das perguntas a que se pretende responder.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar os fatores determinantes da pobreza intergeracional no Brasil a partir de aspectos sociocomportamentais descritos especialmente em Lewis (1966). Para atender a esse propósito, utilizou-se dados da sétima e última onda da *World Values Survey* (WVS) relativos aos valores morais e éticos das pessoas e seus respectivos aspectos sociodemográficos. Como metodologia, utilizou-se o método *Fuzzy Set* para a construção de dois índices usados como *proxies* para atestar a cultura da pobreza do autor supracitado e estimou-se o modelo *Logit* binário, seguido de seus efeitos marginais.

O artigo está dividido em outras quatro seções, além desta introdutória. A segunda seção apresenta uma revisão da literatura sobre as causas da transmissão da pobreza de uma geração para outra. A terceira, por sua vez, apresenta as variáveis da base de dados e as metodologias utilizadas. Já na quarta seção, tem-se a discussão dos resultados produzidos, por fim, a quinta e última seção conclui o artigo com algumas considerações e recomendações.

2. A TRANSMISSÃO DA POBREZA E SEUS FATORES EXTRA E INTRAFAMILIARES

A pobreza intergeracional é uma modalidade de pobreza ainda pouco explorada no Brasil. A relevância em investigá-la repousa em evidências empíricas, as quais mostram que, onde esta se perpetua ao longo de gerações, se perpetua não somente uma aparente imobilidade de renda, mas também fatores sociais, estruturais e comportamentais. Exemplo disso é a violência e o baixo capital humano, dificultando assim o desenvolvimento econômico e social de um país (Sen, 2018).

Tilahun *et al.* (2023) relatam que nos EUA, por exemplo, a persistência nos níveis de privação de renda intergeracional começou a acontecer a partir da década de 1970, quando cerca de 50% dos americanos experimentaram pelo menos 1 (um) ano de pobreza até os 65 anos de idade. Embora muito desta experiência se mostrara temporária, para um segmento da população a insuficiência de renda foi persistente.

É importante esclarecer que a perspectiva da privação de renda é claramente a causa principal da pobreza ao considerar o seu aspecto multidimensional, pois a falta de renda é a razão primordial da privação de capacidades individuais (Sen, 2018). Entretanto, ao considerar sua natureza intergeracional, a insuficiência de renda não deve ser o único aspecto a ser avaliado, já que à própria pobreza em particular estão associadas muitas características estruturais (capital humano),

comportamentais ou sociais (capital social) (Najman *et al.*, 2020) e ambientais (Banerjee e Duflo, 2021), tendo estas maior impacto do que simplesmente a falta de renda. Logo, além da pobreza material, perpetua-se também a pobreza de estrutura; de saúde e a ausência de referências que mostram à criança que é possível sair de um ambiente com tantas privações.

Estudos apontam que (Banerjee e Duflo, 2021; Najman *et al.*, 2018; e Wijeakumar *et al.*, 2019) um dos principais cenários onde a problemática da escassez intergeracional de renda acontece é em ambientes que facilitam a sua reprodução, tendo estes as seguintes características: ambientes onde existem altas taxas de violência; desnutrição; famílias que estão expostas à vulnerabilidade social; meios onde o incentivo à busca por educação é quase inexistente; ausência de saneamento básico; contextos em que as pessoas não possuem acesso à alimentação de qualidade e a uma educação digna.

Dentre estes, Najman *et al.* (2020) mencionam também fatores comportamentais como: padrões de parentalidade; estilos de vida; aspirações e atitudes como, por exemplo, número de filhos. Ainda sobre esse aspecto, Bird (2013) cita gravidez na adolescência; falta de cuidados com crianças na primeira infância e com a saúde; violência doméstica; normas culturais de gênero e práticas sociais de exploração de serviços; exposição e vulnerabilidade ao risco. Para Evans (2004), a desordem social cria um senso de autoestima baixo, o que indica que, por muitas vezes, a pessoa não se vê capaz de sair do ciclo vicioso da pobreza. Desse modo, acrescenta o último autor, as condicionantes da reprodução da pobreza podem estar tanto na dimensão extrafamiliar – contexto macroeconômico e/ou ausência de políticas públicas – quanto na intrafamiliar.

Todos estes aspectos de ordem intrafamiliar estão relacionados ao ambiente de vivência, às relações interpessoais e à formação de personalidade. Para Lev Vygotsky (1896-1934) *apud* Brasil (2022), as crianças absorvem o saber, os valores e o conhecimento técnico que acumularam das gerações anteriores por meio da interação com os que delas cuidaram e utilizam essas ferramentas para comportar-se no mundo. Logo, na medida em que há uma transmissão intergeracional da insuficiência de renda, é provável também que haja a transmissão intergeracional de muitas características estruturais e comportamentais relacionadas à pobreza (Najman *et al.*, 2020).

A problemática da pobreza intergeracional se inicia quando as bases de personalidade da criança são afetadas pelo ambiente em que vive. Uma criança de pais que foram expostos a um contexto desfavorável do ponto de vista da privação de renda, de forma intencional ou não, podem não repassar o senso de progresso pessoal para seus filhos (Banerjee e Duflo, 2021). Quando esta criança vira um jovem adulto, dado que é proveniente de uma situação socioeconômica desfavorável, é mais suscetível a possuir baixo capital educacional e social e a prestarem serviços temporários e, conseqüentemente, a ter baixas remunerações (Graham E Power, 2004; Gupta *et al.*, 2007).

Os desníveis nas remunerações, materializado pela desigualdade de renda, têm em geral aumentado ao longo do tempo, dificultando o processo de mobilidade

social e, consequentemente, o fim do ciclo vicioso de pobreza. A esse aumento da desigualdade, deve-se a ausência de oportunidades, desencadeado por fatores extrafamiliares e pelos efeitos de longo prazo da pobreza vivenciada no ambiente social ao longo de gerações (Scheidel, 2020).

Há um entendimento de que o progresso da sociedade só pode acontecer se todas as camadas dela estiverem propícias a buscar progresso. E, mais que isso, se os membros de uma classe social conseguirem usufruir do direito a buscar condições financeiras e sociais melhores do que os seus progenitores. Algo que só pode acontecer se existir conscientização de que é possível quebrar o ciclo de pobreza, de que é viável que alguém que nasceu pobre possa querer e possua as ferramentas para buscar por dignidade econômica e social, criando, assim, um novo padrão de vivências que possa ser perpetuado a partir do seu exemplo (Sen, 2018; Graham e Power, 2004; Gupta *et al.*, 2007). Afinal, nas áreas em que ocorre mobilidade de renda existem traços de menor segregação social e o acesso à educação é de uma qualidade maior (Tilahun *et al.*, 2023).

Nesse sentido, é necessário buscar meios para que a problemática do ciclo da pobreza seja amenizada. E, para esse fim, é primordial compreender quais frentes são necessárias de serem atacadas. Uma delas é a oferta de educação e capacitação para o mercado de trabalho altamente especializado. Para Scheidel (2020), a abordagem das qualificações baseada na oferta e na procura [...] chamou a atenção para o papel da educação. A política pública deve ter por objetivo promover a mobilidade intergeracional, mediante a equiparação do acesso à escolarização e a da qualidade desta.

2.1. Cultura da Pobreza

No sentido de analisar a pobreza como uma construção social e, a partir daí, como um fenômeno que se perpetua pela transmissão de traços estruturais entre as gerações, faz-se necessário entender o conceito de cultura da pobreza, termo cunhado e disseminado pelos trabalhos seminais do antropólogo americano Oscar Lewis (1959, 1966). O autor acompanhou e documentou a vida de cinco famílias mexicanas (Martínez, Gómez, Gutiérrez, Sánchez e Castro) a partir da década de 1940 (Lewis, 1959) e buscou argumentar que havia semelhanças culturais, não importando fronteiras territoriais, entre famílias porto-riquenhas morando em Porto Rico ou em Nova York (Lewis, 1966).

A cultura da pobreza é um estilo de vida e de comportamento que transcende questões regionais, ou mesmo diferenças entre rural e urbano. Lewis (1966) acreditava que, nos Estados Unidos, cerca de 20% da população vivia na cultura da pobreza. O modelo conceitual antropológico que define a cultura da pobreza identificou 70 (setenta) traços comuns, divididos em quatro dimensões que moldam a pobreza: 1. Sociodemográfica; 2. Integração social; 3. Econômica; e, 4. Dimensão sociopsicológica (Lewis, 1966; Castilho, 2017).

Traços sociodemográficos incluem alta taxa de mortalidade, baixa expectativa de vida, trabalhadores desqualificados, entre outros aspectos dessa população. Os

traços de integração social, que serão mais focalizados neste estudo, implicam baixos níveis educacionais e pouco envolvimento com instituições nacionais, como sindicatos, partidos políticos e associações. Já os traços econômicos englobam desemprego ou subemprego, baixa ou nenhuma taxa de poupança, trabalho infantil, entre outros. Por último, os traços psicológicos lidam com alta taxa de alcoolismo, frequente violência física e iniciação sexual precoce (Castilho, 2017; Silva e Sguissardi, 2021).

A perpetuação da cultura da pobreza de geração para geração ocorre pela transmissão estrutural desses traços comportamentais. Lewis (1966) observou similaridades na estrutura familiar (que normalmente é extensa), nas relações interpessoais perpetradas, nos hábitos e no sistema de valores. Esses pobres são caracterizados como pessoas marginalizadas que estão fora do sistema de produção econômica, de criação cultural e de decisão política (Silva e Sguissardi, 2021).

Apesar dos predominantes traços citados, Lewis (1966) também encontrou forte ênfase na solidariedade familiar. Entre outros aspectos, está a postura crítica a alguns valores e instituições da classe dominante, o ódio à polícia, a forte desconfiância em relação ao governo e até o senso de comunidade (Castilho, 2017). Analisando países em desenvolvimento, Lewis (1966) ressalta que a cultura da pobreza pode procurar uma solução revolucionária ou um caminho para a disrupção.

Os estudos de caso analisados e publicados por Oscar Lewis ao longo das décadas de 1950 e 1960 suscitaram diversas críticas dos pesquisadores relacionadas a questões conceituais e metodológicas. Os pesquisadores ressaltam não ser possível uma análise agregada para validar os traços comportamentais da cultura da pobreza (Castilho, 2017). Os aspectos metodológicos aplicados por Oscar Lewis foram o ponto mais sensível, uma vez que o autor não deixava evidente qual critério de escolha das regiões e das famílias que elegia entrevistar. Além disso, os próprios traços comportamentais apontados por Lewis não eram exógenos à cultura na qual os sujeitos estavam inseridos (Leeds, 1971).

Ainda que pesem críticas em torno das evidências de Lewis (1959, 1966), autores como Small *et al.* (2011) argumentam a seu favor. Castilho (2017), por exemplo, defende que estudar a pobreza a partir de uma perspectiva cultural pode ser útil para explicar a desigualdade social extrema no Brasil a partir também de uma concepção humanística e não puramente com base nas visões economicistas e tecnicistas acerca do tema. Nesse sentido, esse autor levanta o seguinte questionamento: “Quais são os valores culturais produzidos e mantidos pela sociedade brasileira que permitem a legitimação de uma ordem social tão desigual como a nossa?” Para responder a essa pergunta é preciso, antes de mais nada, reconectar a cultura com a pobreza para assim ressituar os estudos sobre desigualdade social a partir de uma abordagem mais ampla.

3. METODOLOGIA

Nesta seção são apresentadas as variáveis usadas para a construção da variável dependente e também daquelas que procuram explicar a pobreza intergeracional. Em seguida, tem-se a descrição do método *Fuzzy Set*, utilizado no cálculo dos índices e, por último, a exposição do modelo *Logit* usado na estimação dos resultados.

3.1. Base de Dados e Variáveis

Os dados foram retirados da *World Values Survey* (WVS). A WVS é uma pesquisa global, aplicada pela *World Values Survey Association* (WVSA), que busca mensurar os valores e as crenças dos indivíduos. A mais recente onda da pesquisa (7ª) foi realizada entre 2017 e 2020 e envolveu 64 países, entre eles, o Brasil. A WVS foi aplicada no ano de 2018 para o Brasil.

A metodologia empregada envolve uma amostragem probabilística em múltiplos estágios. No primeiro estágio da pesquisa, foram selecionados aleatoriamente 200 (duzentos) setores censitários como unidades de amostragem primária (UAP). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) forneceu à WVSA uma lista com todos os setores censitários, inclusive urbanos e rurais, com seu respectivo número de residentes. Um segundo estágio selecionou 10% dos domicílios, a partir de uma rua ou avenida escolhida de forma aleatória, dentro de cada setor censitário. O terceiro e último estágio da pesquisa é feito pelo entrevistador, dentro do domicílio, e com a aplicação da entrevista ocorrendo presencialmente.

O questionário principal (*core*) mensura: i) valores sociais, atitudes e estereótipos, como uma lista de qualidades que as crianças podem ser encorajadas a aprender em casa, grupo de pessoas que o respondente não quer ter como vizinhos, entre outras situações de intolerância e/ou discriminação; ii) valores econômicos, como ter uma sociedade com renda mais igualitária, aumento/redução da propriedade privada, aumento/redução da responsabilidade do Governo pelo acesso a bens e serviços, entre outros; iii) corrupção, como percepção da corrupção no país, percepção de corrupção de gênero, propina; iv) migração; v) segurança, como comportamento racista, uso de drogas e álcool; vi) ciência e tecnologia; vii) valores religiosos; viii) valores éticos e normas; ix) interesse/participação política; x) cultura política/regime político, e xi) aspectos demográficos. O questionário totaliza 290 (duzentos e noventa) questões.

As variáveis utilizadas nesse estudo são apresentadas no Quadro 1. Após o tratamento dessas variáveis, o tamanho da amostra resultou em 529 (quinhentos e vinte e nove) indivíduos. A variável *dummy* indicativa de pobreza intergeracional foi construída a partir de duas variáveis: 1. Uma variável que permite comparar o padrão de vida do respondente com o padrão de vida de seus pais quando tinham a mesma idade (se está melhor, pior ou o mesmo padrão de vida); 2. Uma variável de escala de renda.

Os valores de uma escala de faixa de renda fornecem a identificação para classificar os respondentes como pobre ou não pobre. Como a escala de renda

varia de 1 a 10 (sendo 1 o valor indicativo do grupo de mais baixa renda e 10 o valor que indica o grupo de renda mais alta) e a média obtida para essa escala foi de 4,04, considerou-se como pobre aquele indivíduo que indicou ter uma faixa de renda inferior a esse valor, tendo, portanto, a identificação dos pobres a partir da definição de pobreza relativa. Por sua vez, o pobre intergeracional é o indivíduo considerado pobre na escala de renda e que respondeu estar com padrão de vida melhor ou igual ao dos pais.

Tanto o *Índice de Capital Social* (ICS) quanto o *Índice de Atributos Comportamentais* (IAC) buscam refletir um apanhado das variáveis consideradas por Oscar Lewis na Cultura da Pobreza. Os índices foram elaborados a partir do método de *Fuzzy Set* e os detalhes dessas duas variáveis estão na próxima subseção.

Quadro 1: Descrição das variáveis do modelo *Logit*

Variável	Descrição
Pobreza intergeracional	<i>Dummy</i> indicativa (valor = 1) de que o indivíduo permanece no mesmo padrão de vida dos pais ou em padrão melhor, quando este é considerado pobre. Assume valor 0, caso contrário
ICS	Índice de Capital Social que assume valores de 0 a 100, em que, quanto maior o índice, melhores são os indicadores de capital social
IAC	Índice de Atributos Comportamentais que assume valores de 0 a 100, em que, quanto maior o índice, melhores os atributos
Idade	Idade do respondente (em anos)
Feminino	Variável <i>dummy</i> indicativa de sexo feminino (valor = 1). Assume valor 0, caso contrário
Educação pai	Nível mais alto de educação do pai, categorizado de 0 a 8 para captar nenhuma educação até doutorado ou equivalente, respectivamente
Educação mãe	Nível mais alto de educação da mãe, categorizado de 0 a 8 para captar nenhuma educação até doutorado ou equivalente, respectivamente
Nível educacional	Nível mais alto de educação do respondente, categorizado de 0 a 8 para captar nenhuma educação até doutorado ou equivalente, respectivamente
Número de filhos	Quantidade de filhos do respondente
Desemprego	<i>Dummy</i> indicativa de que o respondente está desempregado (valor = 1) e assume valor 0, caso contrário (empregados, aposentados, estudantes, donas de casa)

Religião	Variável <i>dummy</i> interativa resultante do cruzamento de duas outras <i>dummies</i> : a que indica se o respondente é membro ativo de igreja ou grupo religioso com a variável indicativa de que o respondente é evangélico
Economia	Indica valor 1 se o respondente acredita que se deve encorajar dentro do domicílio uma criança a aprender a economizar. Assume valor 2, caso contrário
Nordeste	<i>Dummy</i> indicativa de que o respondente mora na região Nordeste do Brasil (valor = 1). Assume valor 0, caso contrário
Porte maior 50 mil	<i>Dummy</i> indicativa de que o respondente mora em um município acima de 50 mil habitantes (valor = 1). Assume valor 0, caso contrário

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da World Values Survey Association.

Outras variáveis que estão no artigo de Lewis (1966), tidas como traços característicos da Cultura da Pobreza, também estão no modelo. O número de filhos, o nível educacional do respondente e o fato de estar ou não desempregado são aspectos recorrentes, retratados pelo autor. Além dessas, a religião também é mencionada em seu estudo. No presente artigo, a variável *Religião* indica se o entrevistado é evangélico praticante a partir da interação de duas outras *dummies*, conforme descrito no quadro acima.

Por sua vez, a variável *Economia* capta aquele respondente que não mencionou como sendo importante encorajar as crianças a aprender em casa a economizar dinheiro. Logo, esta variável é usada como uma *proxy* indicativa do indivíduo que não valoriza uma vida financeira planejada, buscando viver no presente sem maiores expectativas de futuro. Sobre esse aspecto, Lewis (1966) menciona que na cultura da pobreza há uma forte orientação no tempo presente, com relativamente pouca disposição para adiar a gratificação e planejar o futuro.

As variáveis sociodemográficas *Idade* e outra referente ao gênero (Feminino) também estão inseridas no modelo. Há duas variáveis *dummies* relacionadas aos municípios, indicando o porte da cidade e se ela está localizada no Nordeste. Há também duas variáveis de *background* familiar que apontam o mais alto nível educacional tanto do pai quanto da mãe, além do nível educacional do próprio respondente. Essas variáveis estão divididas em nove categorias, indicando se o indivíduo não tem educação formal, se tem Ensino Fundamental (ciclo I), Ensino Fundamental (ciclo II), Ensino Médio e assim segue até nível de mestrado e, por último, doutorado.

3.2. *Fuzzy Set*

A formação tanto do Índice de Atributos Comportamentais (IAC) quanto do Índice de Capital Social (ICS) utilizou a técnica de conjuntos difusos (*Fuzzy Set*). Embora ainda seja uma metodologia pouco aplicada em economia em detrimento de análise fatorial e componentes principais, o método tem a vantagem de ser uma ferramenta matemática mais adequada para lidar com conceitos mais vagos, como

é o caso de atributos comportamentais e capital social (Lelli, 2001). Além disso, é mais eficiente para variáveis discretas e para avaliar componentes do bem-estar humano, como padrão de vida e qualidade de vida (Bérenger; Verdier-Chouchane, 2007; Gómez; Galvis-Aponte; Royuela, 2015; Lima *et al.*, 2022).

Os índices irão mensurar aspectos multidimensionais do comportamento humano. O IAC é composto por cinco variáveis: importância do trabalho para a vida pessoal; se a criança deve ser encorajada em casa a ser independente; se o trabalho duro é um atributo importante para que a mesma seja encorajada a ter; se o senso de responsabilidade é uma qualidade relevante a ser incentivada na infância; e, se determinação e perseverança são atributos a serem encorajados nas crianças em casa. A primeira variável corresponde a uma escala Likert de quatro pontos e as restantes são variáveis binárias.

Já o ICS engloba aspectos multidimensionais de sentimento de pertencimento comunitário dos indivíduos e é composto por 12 (doze) dimensões. Todos os atributos mensuram a participação voluntária (ativa ou não) dos indivíduos em organizações. São elas: organizações religiosas; esportivas ou recreacionais; educacionais ou culturais; sindicatos; partido político; organização ambiental; associação profissional; organização humanitária; de consumidores; grupos de autoajuda; grupo de mulheres; outras organizações não mencionadas. Para cada dimensão há três categorias indicando se o indivíduo pertence ativamente, inativamente ou não participa.

O grau de privação de cada indivíduo em cada dimensão é calculado por uma função $\mu_A \in [0,1]$. Se X é o conjunto de indivíduos i , com $i = 1, 2, \dots, n$, que possuem um vetor de atributos ou características tais que $j = 1, 2, \dots, K$, A será um subconjunto difuso de X tal que, se $x_i \in A$, então o indivíduo não sofre privação de nenhum atributo (Bérenger e Verdier-Chouchane, 2007; Gómez; Galvis-Aponte; Royuela, 2015; Lima *et al.*, 2022). Essa função vai definir o grau de pertencimento àquele atributo de forma que:

$$\mu_A(x_{ij}) = 0, \text{ se não pertence ao subconjunto } A$$

$$\mu_A(x_{ij}) \in (0,1), \text{ se pertence parcialmente ao subconjunto } A$$

$$\mu_A(x_{ij}) = 1, \text{ se pertence totalmente ao subconjunto } A$$

Nesse caso, x_{ij} é uma medida individual de privação de um fator j . Segundo Gómez, Galvis-Aponte e Royuela (2015), utiliza-se a função de distribuição acumulada para evitar definições arbitrárias dos pesos de cada atributo. Essa função é dada por:

$$\mu_A(x_{ij}) = \{0, \text{ se } x_{ij} = x_i^j, z = 1\} \quad (1)$$

$$\mu_A(x_{ij}) = \left\{ \mu_A(x_j^{z-1}) + \frac{(F_j^z) - (F_j^{z-1})}{1 - F_j^1}, \text{ se } x_{ij} = x_i^j, z > 1 \right\} \quad (2)$$

$$\mu_A(x_{ij}) = \{1, \text{ se } x_{ij} = x_i^j, z = Z\} \quad (3)$$

em que $z = 1, \dots, Z$ são as categorias de cada atributo, sendo Z a melhor situação do indivíduo naquela dimensão, e $F(x_j)$ é a distribuição acumulada do atributo calculado. Após o cálculo da função de pertencimento, é possível obter os índices propostos de acordo com:

$$IAC / ICS = \frac{\sum_{j=1}^K \mu_A(x_{ij}) W_j}{\sum_{j=1}^K W_j} \times 100 \quad (4)$$

sendo que K representa o número total de dimensões e W_j suas respectivas ponderações, que são calculadas de acordo com:

$$W_j = \ln \left(\frac{1}{\frac{1}{n} \sum_1^K \mu_A(x_{ij})} \right) \quad (5)$$

Essa ponderação está baseada na sensibilidade da variável à frequência de cada atributo e é definida endogenamente nos próprios dados utilizados (Lima *et al.*, 2022). Ambos os índices variam de 0 a 100, em que 100 indica melhores atributos comportamentais e/ou de capital social.

3.3 Modelo Econométrico

Na análise de regressão desse estudo, o objetivo é mensurar como a probabilidade p de estar em pobreza intergeracional varia entre os indivíduos como uma função de regressores (Cameron e Trivedi, 2009). Como a variável de resultado do modelo, y_i , é binária, indicando 1 se o indivíduo está em pobreza intergeracional e 0, caso contrário, o modelo paramétrico *Logit* foi escolhido com base no critério de maior taxa de acerto na previsão de pobres intergeracionais¹.

O modelo básico supõe que a variável de resultado toma dois valores:

$$y_i = \begin{cases} 1 & \text{com probabilidade } p \\ 0 & \text{com probabilidade } 1-p \end{cases} \quad (6)$$

Portanto, a variável de resultado tem distribuição Bernoulli em que a função de probabilidade de massa é dada por $p^y(1-p)^{1-y}$ para cada resultado observado, com $E(y)=p$ e $Var(y)=p(1-p)$. Considerando que o modelo de regressão parametriza

¹ Utilizou-se o teste F1-score, que é uma média harmônica da precisão e sensibilidade do modelo. O modelo *Logit* obteve F1 = 0,222, enquanto o *Probit* obteve F1 = 0,214. Quanto maior o F1, melhor é a precisão do modelo.

p para depender da função $x'\beta$, onde x é o vetor de regressores $K \times 1$ e β é o vetor de parâmetros desconhecidos, a função de probabilidade condicional será dada por:

$$p_i = \Pr(y_i = 1|x) = F(x'\beta) \quad (7)$$

em que $F(\cdot)$ é uma função de distribuição cumulativa. No caso do modelo *Logit*:

$$F(x'\beta) = \frac{e^{x'\beta}}{1 + e^{x'\beta}} \quad (8)$$

no qual $F(\cdot)$ é a distribuição logística (Cameron e Trivedi, 2009). Essa distribuição indica a probabilidade de o indivíduo estar em pobreza intergeracional. Os parâmetros estimados não devem ser interpretados diretamente do modelo regredido. Para o cálculo dos efeitos marginais de cada regressor, tem-se:

$$\frac{\partial p}{\partial x_j} = F(x'\beta) \{1 - F(x'\beta)\} \beta_j \quad (9)$$

A partir do modelo *Logit*, é possível calcular também as chances de estar em pobreza intergeracional, condicionalmente às variáveis explicativas do modelo. A probabilidade de não estar em pobreza intergeracional é representada por:

$$\Pr(y_i = 0|x) = 1 - p = 1 - F(x'\beta) = 1 - \frac{e^{x'\beta}}{1 + e^{x'\beta}} = \frac{1}{1 + e^{x'\beta}} \quad (10)$$

Logo, a razão de chances entre estar na pobreza intergeracional (p) e não estar na pobreza intergeracional ($1 - p$) será dada por:

$$\left(\frac{p}{1-p} \right) = \frac{\frac{e^{x'\beta}}{1 + e^{x'\beta}}}{\frac{1}{1 + e^{x'\beta}}} = e^{x'\beta} \quad (11)$$

Portanto, o modelo estimado fornece o logaritmo natural da razão de chances:

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = x'\beta \quad (12)$$

O modelo *Logit*² para a pobreza intergeracional leva em consideração variáveis relacionadas à cultura da pobreza, como o ICS; o IAC; a economia (*proxy* para captar se o indivíduo é propenso a planejar o futuro); o número de filhos; o desemprego e uma *dummy* que identifica se o respondente é evangélico praticante (*Religião*). Variáveis sociodemográficas, como idade e sexo (*Feminino*), variáveis de *background* familiar, como nível educacional do entrevistado; do pai e da mãe. E variáveis geográficas, que identificam se o indivíduo está na região Nordeste e se mora em município com mais de 50 (cinquenta) mil habitantes.

² Para a estimação do modelo *Logit* binário usou-se o programa estatístico Stata/MP.

4. RESULTADOS

Nesta seção têm-se as tabelas e a análise dos resultados gerados a partir das estimações realizadas. Para uma melhor compreensão da avaliação, a seção divide-se em duas subseções: análise descritiva e análise dos resultados.

4.1. Análise Descritiva

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis inseridas no modelo econométrico que será analisado na subseção seguinte. A variável binária *Pobreza Intergeracional* aponta que 47,4% dos respondentes herdaram a pobreza de seus pais. Ou seja, quase metade dos pobres no Brasil não conseguiram sair da armadilha da pobreza em relação aos pais, a chamada pobreza crônica ao longo de gerações. Como o ICS é dado por uma escala de zero a cem, o valor encontrado de 6,4 demonstra uma baixa participação da população na vida comunitária, especialmente em organizações esportivas, partidárias, sindicais, entre outras.

Tabela 1: Análise Descritiva das Variáveis Explicativas

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Pobreza Intergeracional	0,474	0,499	0	1
ICS	6,397	10,44	0	85,71
IAC	61,98	22,03	0	100
Idade	45	14,80	17	87
Educação pai	1,306	1,411	0	8
Educação mãe	1,385	1,433	0	8
Feminino	0,534	0,499	0	1
Nível educacional	2,846	1,707	0	8
Número de filhos	2,088	1,645	0	10
Desemprego	0,121	0,326	0	1
Religião	0,523	0,852	0	2
Economia	1,792	0,406	1	2
Nordeste	0,258	0,438	0	1
Porte maior 50 mil	0,833	0,372	0	1

Fonte: Resultados da pesquisa a partir da WVS (2018).

Já o IAC que, conforme já explicitado, mensura a valorização de aspectos como o trabalho duro, o sentimento de responsabilidade e a perseverança, obteve 61,9 pontos na mesma escala do ICS. Observa-se ainda que há uma variação maior do IAC em relação ao ICS, com desvio padrão de 22 e 10,4, respectivamente. Isso indica que a distribuição do ICS está mais concentrada na cauda inferior da amostra.

Em média, a amostra se caracteriza por indivíduos majoritariamente do sexo feminino (53,4%), com nível educacional superior ao dos pais, idade média de 45 anos, moradores de municípios acima de 50 mil habitantes (83,3%) e membros ativos da religião evangélica (52,3%). Esses respondentes têm em média dois filhos, 12,1% da amostra está desempregada e 25,8% moram na região Nordeste. O valor médio da variável *Economia* próximo a 2 indica que a maioria dos entrevistados não acha importante encorajar seus filhos a aprenderem a economizar, apontando que essa não é uma característica valorizada. A próxima subseção apresenta os resultados econométricos para os determinantes da pobreza intergeracional no Brasil.

4.2. Resultados da Estimação

Esta subseção apresenta a análise dos resultados, contidos na Tabela 2 (ver p. 15), da estimação do modelo *Logit* binário para a propensão em ser pobre intergeracional no Brasil e seus efeitos marginais.

Dentre as variáveis explicativas, aquelas que se mostraram estatisticamente significantes em um nível de 5% foram: *Nível educacional do entrevistado*; *Número de filhos*; *Desemprego*, *Religião* e *Nordeste*. Já as variáveis *ICS* e *Ida* apresentaram p-valores em nível de 1%. Sendo que a variável *Educação pai* apresentou significância a 10%.

É possível analisar previamente o impacto das variáveis explicativas por meio da razão de probabilidades, expressas por $\exp(\beta_k)$. Mediante essa análise, constata-se que um ponto a mais no *ICS* aumenta as chances de se tornar pobre intergeracional em 1,02 vez. O sinal obtido no resultado do cálculo do efeito marginal confirma tal relação positiva entre essas duas variáveis.

Esse resultado contrapõe um dos aspectos de interação social presentes na cultura da pobreza de Lewis (1966). De acordo com esse autor, há um baixo envolvimento por parte dos pobres em associações/organizações em geral (Castilho, 2017; Silva e Sguissardi, 2021). Também diverge com o resultado encontrado por Ribeiro e Araújo (2017), ao observarem que aumentos nos níveis de capital social induzem a um aumento na renda e, conseqüentemente, queda na pobreza.

Em relação à variável *Idade*, os resultados sugerem que quanto maior a idade do entrevistado, menor é a sua propensão em permanecer pobre ao longo de gerações. Um ano a mais na idade reduz a probabilidade de ser pobre intergeracional em 0,5% ou, em termos de razão de chances, a redução é de 0,98 vez. Uma explicação para essa evidência pode estar em um possível aumento na remuneração à medida que o trabalhador ganha experiência e adquire um maior nível de escolaridade ao longo da vida, reduzindo assim suas chances de vivenciar a pobreza de seus pais independentemente do gênero, já que a variável *Feminino* parece não ter relação com a variável dependente, dada sua insignificância estatística.

De fato, a variável *Nível educacional* sugere que há uma relação inversa entre nível de escolaridade do entrevistado e pobreza intergeracional. A elasticidade é dada em 3,3% e o fator de impacto de 0,87 vez. Com relação à variável *Educação pai*, considerando as demais variáveis explicativas constantes, para cada aumento

Tabela 2: Regressão Logística para a Propensão em ser Pobre Intergeracional no Brasil

Variável dependente: Pobreza Intergeracional	Coefficiente	Razões de Chances	Intervalo de confiança (95%)		Efeito marginal
ICS	0,024*** (0,009)	1,02	[.0066415	0.043014]	0,006*** (0,002)
IAC	-0,001 (0,004)	0,99	[-.0102278	0.0072744]	-0,0003 (0,001)
Idade	-0,023*** (0,008)	0.98	[-.039215	-0.0067715]	-0,005*** (0,002)
Educação pai	-0,179* (0,101)	0,83	[-.3789121	0.0196671]	-0,044* (0,025)
Educação mãe	-0,096 (0,106)	0,91	[-.3036794	0.1117725]	-0,024 (0,026)
Feminino	0,173 (0,191)	1,19	[-.2024541	0.5493804]	0,043 (0,047)
Nível educacional	-0,134** (0,069)	0,87	[-.2701163	0.0015893]	-0,033** (0,017)
Número de filhos	0,145** (0,063)	1,15	[.0218694	0.2696279]	0,036** (0,015)
Desemprego	0,619** (0,296)	1,85	[.03833	1.20087]	0,153** (0,071)
Religião	0,223** (0,113)	1.25	[.000173	0.4465526]	0,055** (0,028)
Economia	-0,060 (0,232)	0,94	[-.5154002	0.3946425]	-0,015 (0,057)
Nordeste	0,452** (0,221)	1,57	[.0181902	0.8854151]	0,112** (0,054)
Porte maior 50 mil	0,229 (0,258)	1,25	[-.2769761	0.7356196]	0,056 (0,063)
Constante	0,811 (0,751)	2,25	[-.6616788	2.28393]	- -
Observações	526				
Log pseudolikelihood	-335.358				
Pseudo R2	0.0783				

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da World Value Survey (2018).

Obs.: Erro padrão entre parêntesis. * Significante a 10% ** Significante a 5% *** Significante a 1%.

no grau de estudo do pai do entrevistado, há uma redução na propensão do indivíduo em herdar a pobreza de seus genitores na ordem de 4,5%, sendo uma redução de 0,83 vez nas chances de se tornar pobre. Já a variável *Educação mãe* não foi capaz de explicar a “armadilha” da pobreza, por não apresentar significância estatística. Sobre a influência educacional dos pais, Banerjee e Duflo (2021) e Wi-jeakumar *et al.* (2019) explicitam que, em ambientes onde há pouco, ou nenhum, incentivo à busca por educação – sejam por fatores intrafamiliares ou não –, a reprodução da pobreza é facilitada.

Quanto à variável *Número de filhos*, a assertiva de Lewis (1966) de que a extensão familiar está, em certa medida, relacionada com a cultura da pobreza parece se confirmar. A razão de probabilidades revela que um filho a mais contribui para um aumento em 1,15 vez na perpetuação da pobreza. Tendo como base o efeito marginal, a probabilidade de permanecer no mesmo estado de privação de renda de seus pais é de 3,6% para cada filho nascido. Com efeito, Najman *et al.* (2020) relatam o número de filhos como sendo um dos fatores comportamentais que influem na imobilidade de renda intergeracional.

Com respeito às variáveis consideradas para explicar a pobreza na dimensão econômica, dentro da concepção de Lewis (1966), a variável *Desemprego* parece atestar a suposição desse autor. A razão de probabilidade de permanência no ciclo vicioso da pobreza é de 1,85 vez para quem está desempregado, comparado a quem tem alguma ocupação, seja laboral ou não. Pela ótica da elasticidade, estar fora do mercado de trabalho aumenta o risco de ser pobre intergeracional em 15,3%. Dentre todos, este é o regressor que mais impacta a variável dependente. Por outro lado, a variável *Economia* não apresentou significância estatística. Não sendo possível, portanto, afirmar que os pobres intergeracionais têm forte orientação para viver no tempo presente sem planejar o futuro.

Também não é possível afirmar que encorajar as crianças a se comportarem de modo independente, responsável, a serem determinadas e a trabalharem duro (além de considerarem importante a atividade laboral) impactam na perpetuação da pobreza de pais para filhos, já que a variável *IAC* não apresentou significância estatística.

Por sua vez, o regressor *Religião* parece influir positivamente na variável dependente. Ser evangélico praticante no Brasil, comparativamente a pertencer a outras religiões, elevam as chances de herdabilidade de pobreza a um fator de 1,25 vez. Sendo a sensibilidade da pobreza hereditária em relação a essa variável em torno de 5,5%. Esse resultado coaduna com Lewis (1966). É oportuno salientar que a análise estatística indica associação entre as variáveis e não causalidade. Possivelmente, vivenciar a pobreza induz o indivíduo a buscar esperança nas igrejas evangélicas. Vale ressaltar que há no Brasil uma alta proporção de religiosos pentecostais pertencentes às camadas mais pobres da população.

Sobre as variáveis de cunho demográfico, a razão de chances para a *dummy Nordeste* retorna um fator 1,57 vez para um aumento na probabilidade de imobilidade de renda intergeracional entre os pobres. Além disso, o fato da pessoa residir na região Nordeste aumenta a probabilidade de transmissão da pobreza de uma

geração para outra em 11%, tendo como base de comparação as demais regiões do Brasil. No caso da variável *Porte maior 50 mil*, não houve significância do ponto de vista estatístico.

Diante do exposto, os resultados sugerem que a pobreza intergeracional está relacionada tanto a fatores extrafamiliares, como a escassez de políticas públicas capazes de garantir oportunidades universais como, por exemplo, saúde e educação de qualidade (Scheidel, 2020; Evans, 2004; Bird, 2013), quanto – ainda que com certa ressalva – às características intrafamiliares, resultantes da transmissão de uma geração para outra de certos traços comportamentais, descritos em Najman *et al.* (2020) e em Lewis (1959, 1966).

Vale destacar que, conforme relata Lewis (1966), os traços comportamentais inerentes da cultura da pobreza acometem apenas uma parcela da população pobre. Como existe um “núcleo duro” da pobreza que tem se mostrado pouco sensível aos programas de transferência de renda, e tendo em vista que a pobreza intergeracional está diretamente relacionada ao ambiente (Duflo e Banerjee, 2020), é importante entender quais características são comuns aos pobres, compreender o ambiente social em que eles vivem e como se comportam. Isso permitiria ao governo executar, de maneira mais eficiente, as políticas voltadas para a erradicação da pobreza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo analisar os fatores determinantes da pobreza transmitida de uma geração para outra no Brasil, tendo como ênfase os aspectos socio-comportamentais descritos principalmente em Lewis (1959; 1966) e com base em variáveis extraídas da última onda da WVS sobre valores morais e éticos dos entrevistados. Para isso, calculou-se dois indicadores, o ICS e o IAC, por meio do método Fuzzy Set e estimou-se o modelo Logit binário seguido de seus efeitos marginais.

Preliminarmente, a análise descritiva revelou principalmente que quase metade dos pobres no Brasil herdaram essa condição de seus pais. Esse resultado confirma baixa mobilidade de renda que transcende gerações no país.

Dentre os regressores usados para validar a cultura da pobreza descrita em Lewis (1959; 1966), as variáveis ICS; Desemprego; Número de filhos e Religião se mostraram estatisticamente significantes. Os resultados sugerem que participar de associações/organizações, estar fora do mercado de trabalho, ter um número maior de filhos e ser de religião evangélica aumentam as chances de reproduzir a pobreza dos pais em 0,6; 15,3; 3,6 e 5,5%, respectivamente. Levando em conta que o resultado captado pela primeira variável refuta as características descritas na Cultura da Pobreza e o das demais confirma tais características.

Adicionalmente, foram capazes de explicar a pobreza intergeracional as variáveis sociodemográficas: Nível educacional; Educação pai, Idade e Nordeste. Sendo que o aumento no nível de escolaridade do entrevistado e de seu pai, além de um aumento na idade, contribuem para a redução na probabilidade de vivenciar tal

pobreza em 3,3; 4,5 e 0,5%, na devida ordem. Noutra direção, morar na região Nordeste aumenta essa propensão em 11%.

Por outro lado, não foi possível constatar se encorajar as crianças a se comportarem de maneira independente, responsável, a serem determinadas e a trabalharem duro (além de considerar a atividade laboral relevante) influi na herdabilidade da pobreza, uma vez que não houve significância estatística para o IAC. Tampouco se pode afirmar que os pobres intergeracionais têm forte orientação para viver no tempo presente, sem disposição para planejar o futuro, já que Economia também não se mostrou significativa.

Tendo em vista os resultados gerados, se pôde constatar que a pobreza é um fenômeno multidimensional não somente em seu conceito, como também em sua causa. Além dos condicionantes extrafamiliares, insuficiência de políticas públicas capazes de garantir oportunidades universais – como educação de qualidade – os fatores intrafamiliares, representados pelos traços comportamentais (aspiração, estilo de vida, etc.) e transmitidos de uma geração para a outra, também influem na pobreza intergeracional.

Isso posto, a “herança” da pobreza deve ser compreendida e analisada não apenas a partir de indicadores objetivos, como também com base numa perspectiva cultural. E mais, é preciso conhecer as normas e valores culturais que são produzidos e reproduzidos pela sociedade como um todo e que legitimam a baixa mobilidade intergeracional de renda no Brasil.

Sem dúvida, uma análise mais substancial dos condicionantes da pobreza intergeracional, por meio da incorporação de valores culturais, ou sociocomportamentais, permitiria um “desenho” e uma aplicação de políticas sociais mais eficazes, especialmente em localidades e comunidades que se mostram pouco sensíveis aos programas de transferências de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, F. S.; da CRUZ, D. M. S. *Análise de mobilidade intergeracional no Brasil: perspectivas a partir das rendas dos pais e mães*. 51º Encontro Nacional de Economia (ANPEC). Rio de Janeiro, 2023.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. *A economia dos pobres: Uma nova visão sobre a desigualdade*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.
- BÉRENGER, V.; VERDIER-CHOUGHANE. Multidimensional measures of well-being: Standard of living and quality of life across countries. *World Development*, v. 35, n. 7, p. 1259-1276, 2007.
- BIRD, K. The intergenerational transmission of poverty: An overview. *Chronic poverty: Concepts, causes and policy*, 60-84, 2013.
- BRASIL, N. Do. *Vygotsky: conheça a contribuição do teórico para a educação infantil*. Ninhos do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.ninhosdobrasil.com.br/vygotsky-teoria>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics with STATA*. College Station, TX: StataCorp LP, 2009.
- CASTILHO, S. R. R. *Cultura e pobreza a partir de Oscar Lewis: notas para uma antropologia urbana dos pobres no Brasil*. Século XXI: Revista de Ciências Sociais, 7(2), 11-34, 2017.
- EVANS, G. W. The environment of childhood poverty. *American psychologist*, v. 59, n. 2, p. 77, 2004.

- GÓMEZ, M. S.; GALVIS-APONTE, L. A.; ROYUELA, V. Calidad de vida laboral en Colombia: un índice multidimensional difuso. *Documentos de trabajo sobre economía regional*, v. 230, p. 2-57, 2015.
- GOMES, M. R. *Transmissões intergeracionais das ocupações e da educação: da “armadilha da pobreza” ao “ciclo virtuoso da riqueza”* (Doctoral dissertation, Universidade Estadual de Maringá), 2021.
- GRAHAM, H.; POWER, C. *Childhood disadvantage and adult health: a lifecourse framework*. London: Health Development Agency, 2004.
- GUPTA, R. P. S.; DE WIT, M. L.; MCKEOWN, D. The impact of poverty on the current and future health status of children. *Paediatrics & child health*, v. 12, n. 8, p. 667-672, 2007.
- LEEDS, D. S. The role of self-concept in the psychological and educational development of the individual. *Literacy Research and Instruction*, v. 11, n. 2, p. 161-176, 1971.
- LELLI, S. *Factor Analysis vs. Fuzzy Sets theory: Assessing the influence of different techniques on sen's functioning approach*. Leuven, Belgium: Katholieke Universiteit Leuven, 2001.
- LEWIS, O. *Five families: Mexican studies in the culture of poverty*. New York: Basic Books, 1959.
- LEWIS, O. *La Vida; A Puerto Rican Family in the Culture of Poverty— San Juan and New York*. New York: Random House, 1966.
- LIMA, G. C.; BENEVIDES, A.; MARIANO, F. Z.; BARBOSA, R. B. JOVENS E ADULTOS FORAM DEIXADOS PARA TRÁS? EVIDÊNCIAS DO ENSINO MÉDIO NO CEARÁ. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 52, n. 2, 2022.
- NAJMAN, J. M.; BOR, W.; AHMADABADI, Z.; WILLIAMS, G. M.; ALATI, R.; MAMUN, A. A.; CLAVARINO, A. M. *The inter-and intra-generational transmission of family poverty and hardship (adversity): a prospective 30 year study*. PloS one, 13(1), e0190504, 2018.
- NAJMAN, J. M.; Wang, W.; PLOTNIKOVA, M.; MAMUN, A. A.; MCINTYRE, D.; WILLIAMS, G. M.; CLAVARINO, A. M. *Poverty over the early life course and young adult cardio-metabolic risk*. International Journal of Public Health, 65, 759-768, 2020.
- NERI, M. Mapa da Nova Pobreza. *FGV Social*. Rio de Janeiro, RJ. Jun. 2022.
- RIBEIRO, L. L.; ARAUJO, J. A. D. *Capital social e pobreza no Brasil*. Brazilian Journal of Political Economy, 38, 749-765, 2018.
- SCHEIDEL, W. Violência e a história da desigualdade: Da Idade da Pedra ao Século XXI. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Editora Companhia das letras, 2018.
- SILVA, A.; SGUISSARDI, V. A cultura do silêncio: cultura de pobreza, dominação e pedagogia da libertação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 37(2), 961-985, 2021.
- SMALL, M. L.; HARDING, D. J.; LAMONT, M. Reavaliando cultura e pobreza. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, p. 91-118, 2011.
- TILAHUN, N.; PERSKY, J.; SHIN, J.; ZELLNER, M. Childhood poverty, extended family and adult poverty. *Journal of Poverty*, 27(1), 1-14, 2023.
- VILELA, E. M.; NORONHA, C. L. A. de. *Análise da mobilidade social intergeracional entre brancos, pretos e pardos na região metropolitana de Belo Horizonte*. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 20., 2021, Belém – pa. Sociologia da estratificação e das desigualdades [...]. Belém – PA: [s. n.], 2021. Tema: Sociedade, Estado e Natureza.
- WIJEAKUMAR, S.; KUMAR, A.; DELGADO REYES L. M.; TIWARI, M.; SPENCER, J. P. *Early adversity in rural India impacts the brain networks underlying visual working memory*. Developmental Science, 22(5), e12822.5, 2019.
- WORLD VALUES SURVEY (WVS). Data and Documentation: data download, Wave 7 (2017-2022), Brazil (2018). Disponível em: WVS Database (worldvaluessurvey.org).



DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS
Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação ao pesquisador.